

CADERNO DE QUESTÕES



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2026

Cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Docente EBTT)

ÁREA

HISTÓRIA

Código: 26, 27 e 28

MATÉRIA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 05
Legislação e Contexto Histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica	06 a 10
Conhecimentos Pedagógicos	11 a 20
Conhecimentos Específicos / Conforme a área	21 a 50
Prova Discursiva	—

ATENÇÃO

Transcreva, no espaço apropriado da sua GRADE DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Ninguém pode tirar o seu conhecimento.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES



- 1 Após o recebimento dos materiais, é de responsabilidade da pessoa candidata conferir seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identificação e área de inscrição, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer divergência identificada.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas e **uma** questão discursiva.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 As respostas da Prova Objetiva deverão ser assinaladas na Grade de Respostas mediante o preenchimento integral da elipse correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de ponta grossa e tinta azul ou preta, conforme orientação constante na referida grade.
- 5 **A pessoa candidata que comparecer para realizar a prova não deverá, sob pena de ser excluída do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, pagers, notebooks, telefones celulares, pen drives ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhe cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto quando sua utilização for previamente autorizada pela Comissão do Concurso, em razão de atendimento especial deferido, ou nas hipóteses previstas em lei.** (conforme subitem 6.5 do Edital de Abertura)
- 6 Após o início da prova, a pessoa candidata deverá permanecer em silêncio, não podendo realizar consultas, comunicar-se com outras pessoas candidatas ou utilizar qualquer recurso não autorizado. (conforme subitem 6.14 do Edital de Abertura)
- 7 Durante a realização das Provas Objetiva e Discursiva, **a pessoa candidata poderá manter sobre a mesa apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, e alimentos acondicionados em embalagem transparente. As garrafas deverão permanecer abaixo da mesa. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, borracha ou corretivo. (conforme subitem 7.5 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a Grade de Respostas, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa Grade de Respostas a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a Grade de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva ao Fiscal da sala.
- 10 A pessoa candidata deverá observar os seguintes tempos e condições:
 - a) **terá 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para realizar as Provas Objetiva e Discursiva, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas e da Folha de Resposta da Prova Discursiva;
 - b) deverá permanecer no local de prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da aplicação;
 - c) poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
- 11 Ao término da prova, a pessoa candidata deverá entregar ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva, devidamente preenchidas e assinadas, sendo esses os únicos documentos válidos para correção. O preenchimento desses documentos é de sua inteira responsabilidade e deverá observar as instruções contidas no Edital de Abertura e no caderno de provas. A não entrega desses documentos implicará a eliminação do certame. (conforme subitem 7.9 do Edital de Abertura)
- 12 **A Folha de Resposta da Prova Discursiva não deverá apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, iniciais ou qualquer marca que permita sua identificação.** (conforme subitem 7.19 b do Edital de Abertura)
- 13 O descumprimento das instruções deste caderno ou das normas do Edital de Abertura poderá implicar a anulação da prova da pessoa candidata.



Instrução: As questões 01 a 05 referem-se ao texto abaixo.

PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

01. De acordo com a mensagem enviada pelo Poder
02. Executivo ao Poder Legislativo, o princípio da respon-
03. sabilidade significa que todo agente público deve
04. possuir uma atuação íntegra, sob o aspecto formal e
05. material.

06. Aparentemente, o referido princípio não significa
07. que o agente público pode ser responsabilizado pelos
08. atos por ele praticados, nessa qualidade, que, nos
09. casos de dolo ou culpa, causem danos a terceiros. Tal
10. possibilidade já é prevista no art. 37, § 6º, da Consti-
11. tuição Federal de 1988, *in fine*, quando assegura o
12. direito de regresso do Estado contra o agente público
13. responsável pelo dano.

14. _____ que parece, o princípio da responsabilidade diz
15. respeito _____ preocupação com a *res publica* que deve
16. possuir o agente público, vale dizer, tratando-se de
17. alguém que atua em nome do Estado, deve o agente
18. público estar ciente da relevância da sua função e
19. demonstrar efetivo compromisso com o interesse
20. público.

21. Verifica-se, assim, que tal princípio tem um
22. componente ético e uma aproximação com mecanismos
23. de integridade na Administração Pública. De acordo
24. com a Recomendação do Conselho da OCDE sobre
25. integridade pública, "a integridade pública refere-se ao
26. alinhamento consistente e _____ adesão de valores,
27. princípios e normas éticas comuns para sustentar e
28. priorizar o interesse público sobre os interesses privados
29. no setor público".

30. [...]

31. É preciso, portanto, que a Administração Pública
32. incentive a construção de um ambiente de integridade,
33. com mecanismos de prevenção e repressão aos atos
34. de corrupção.

35. Promover a integridade significa, por exemplo, o
36. emprego de profissionais técnicos qualificados, mediante
37. concurso público, vale dizer, procedimento formal
38. objetivo e impessoal, que privilegia o mérito, em
39. detrimento da ocupação de cargos por influência
40. política, uma vez que estes terão a natural tendência de
41. privilegiar critérios políticos em sua atuação profissional,
42. enfraquecendo, assim, o ambiente de integridade.

43. O princípio da responsabilidade implica, assim, _____
44. implementação de um plano de integridade na Admi-
45. nistração Pública, evidenciando o compromisso da Alta
46. Administração em disseminar uma cultura de integridade
47. nos órgãos públicos.

Adaptado de: PAULA, Eduardo Loula Novais de. Reforma Administrativa: novos princípios da Administração Pública. *Revista do TCU*, n. 146, 2020, p. 45-46. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/91>>. Acesso em: 07 jul. 2026.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 14, 15, 26 e 43, nesta ordem.

- (A) O – à – a – na
- (B) Ao – à – à – a
- (C) Ao – a – à – na
- (D) O – à – a – na
- (E) Ao – a – à – a

02. Abaixo são feitas algumas afirmações acerca de ideias veiculadas pelo texto.

- I - Segundo o texto, o princípio da responsabilidade relaciona-se ao compromisso do agente público com o interesse público e com a relevância da função que exerce.
- II - Segundo o texto, a construção de um ambiente de integridade na Administração Pública depende exclusivamente de mecanismos de repressão aos atos de corrupção.
- III- Segundo o texto, a ocupação de cargos públicos por influência política fortalece a impessoalidade e privilegia o mérito profissional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Assinale a alternativa que apresenta a correta passagem de segmento do texto da voz ativa para a voz passiva.

- (A) ***todo agente público deve possuir uma atuação íntegra*** (l. 03-04) – ***uma atuação íntegra deve possuir todo agente público.***
- (B) ***o agente público pode ser responsabilizado pelos atos por ele praticados*** (l. 07-08) – ***os atos praticados podem responsabilizar o agente público.***
- (C) ***tal princípio tem um componente ético*** (l. 21-22) – ***um componente ético é tido por tal princípio.***
- (D) ***estes terão a natural tendência de privilegiar critérios políticos*** (l. 40-41) – ***critérios políticos terão privilegiado a natural tendência destes.***
- (E) ***da Alta Administração em disseminar uma cultura de integridade nos órgãos públicos*** (l. 45-47) – ***uma cultura de integridade disseminou a Alta Administração nos órgãos públicos.***

04. Considere as seguintes expressões do texto.

- I - ***todo agente público*** (l. 03) e ***o agente público*** (l. 16).
 II - ***uma atuação íntegra*** (l. 04) e ***a construção de um ambiente de integridade*** (l. 32).
 III- ***da relevância da sua função*** (l. 18) e ***sobre os interesses privados no setor público*** (l. 28-29).

Quais desempenham, no contexto em que ocorrem, a mesma função sintática?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas II.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

05. Considere os seguintes pares de elementos do texto.

- I - ***que*** (l. 07) e ***que*** (l. 17).
 II - ***com*** (l. 19) e ***com*** (l. 33).
 III- ***assim*** (l. 21) e ***assim*** (l. 43).

Em quais pares os dois elementos pertencem à mesma classe gramatical?

- (A) Apenas I.
 (B) Apenas III.
 (C) Apenas I e II.
 (D) Apenas II e III.
 (E) I, II e III.

06. O Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estabelece que o servidor público deve

- (A) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
 (B) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes e de interessados que visem à obtenção de favores, benesses ou vantagens indevidas decorrentes de ações imorais, ilegais ou aéticas, denunciando sua ocorrência.
 (C) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão.
 (D) deixar de exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, priorizando a manutenção de relações harmoniosas no ambiente de trabalho.
 (E) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

07. A instituição do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal ocorreu pela Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. O que é correto afirmar sobre a Lei nº 14.540?

- (A) Para fins do disposto nesta Lei, serão apuradas eventuais retaliações exclusivamente contra as vítimas que tenham denunciado assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, excluindo-se testemunhas e demais colaboradores dos procedimentos de apuração.
 (B) A Lei nº 14.540/2023 restringe a comunicação das situações de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual às vítimas diretamente envolvidas, não atribuindo essa possibilidade a outras pessoas que tenham conhecimento dos fatos.
 (C) A Lei nº 14.540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, não se aplica aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, por serem instituições de ensino com autonomia administrativa, didático-pedagógica e disciplinar, devem criar normativas próprias de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual.
 (D) São objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual: facultar, a órgãos e entidades abrangidos pela Lei, a realização de ações de informação e conscientização apenas quando houver disponibilidade administrativa e aprovação prévia dos órgãos externos competentes.
 (E) Nos termos da Lei nº 14.540/2023, qualquer pessoa que tiver conhecimento da prática de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual, deverá denunciá-los e colaborar com os procedimentos administrativos internos e externos.

08. Nos termos do art. 6º da Lei nº 11.892/2008, além de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, constitui também finalidade dos Institutos Federais

- (A) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
- (B) ofertar educação profissional técnica de nível médio exclusivamente na forma concomitante, em articulação com os sistemas estaduais de ensino.
- (C) substituir as universidades federais na oferta de cursos superiores de tecnologia e programas de pós-graduação.
- (D) integrar a pesquisa à educação, sendo vedada a realização de atividades de extensão nos Institutos Federais, por se tratar de atribuição exclusiva das universidades federais.
- (E) atuar de forma complementar aos sistemas estaduais de educação básica quanto à formação profissional, exclusivamente na forma subsequente.

09. A Lei nº 14.540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, tem como um de seus objetivos

- (A) substituir, no âmbito federal, as disposições do Código Penal relativas aos crimes contra a dignidade sexual.
- (B) capacitar os agentes públicos para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nos órgãos e nas entidades abrangidos pela Lei.
- (C) restringir sua aplicação exclusivamente à administração pública federal direta, excluindo autarquias e fundações públicas.
- (D) impedir a atuação de instituições privadas prestadoras de serviços públicos por concessão, permissão ou autorização na execução do Programa.
- (E) instituir sanções penais automáticas, a serem aplicadas pelas próprias instituições públicas, independentemente de processo judicial.

10. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constitui documento de planejamento estratégico de médio prazo, elaborado com a participação da comunidade acadêmica, devendo conter, entre outros elementos,

- (A) a missão institucional, as diretrizes pedagógicas e a organização administrativa, tendo como finalidade principal orientar exclusivamente a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e dos planos de ensino das unidades curriculares.
- (B) a missão, os objetivos e as metas institucionais, bem como as estratégias e ações para sua implementação no período de vigência do documento.
- (C) o diagnóstico institucional, o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas e as ações de expansão da instituição, com o acompanhamento dos resultados limitado aos indicadores financeiros e orçamentários.
- (D) as diretrizes gerais da instituição, incluindo aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão, sem estabelecer objetivos e metas institucionais para o período de vigência do documento.
- (E) as ações prioritárias da instituição, com ênfase no planejamento da infraestrutura física e orçamentária, sem contemplar aspectos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão durante o período de vigência do documento.

11. No curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul-Rau, ofertado no período noturno a um público majoritariamente já inserido na indústria da região, um professor planeja suas aulas a partir do perfil profissional de conclusão do curso e dos conhecimentos que os estudantes trazem de sua experiência profissional. Ele articula teoria e prática em bancadas de trabalho colaborativo e ajusta o planejamento ao longo do semestre conforme as demandas trazidas pela turma.

Considerando os fundamentos da didática, da formação docente e do planejamento pedagógico, é **INCORRETO** afirmar que essa prática

- (A) mobiliza, de forma articulada, saberes disciplinares, pedagógicos e experienciais, conforme a literatura sobre saberes docentes, evidenciando uma postura reflexiva do professor.
- (B) aproxima-se de uma perspectiva andragógica, ao incorporar a experiência profissional dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem, em vez de descartá-la.
- (C) contribui para aproximar o planejamento do perfil profissional de conclusão previsto para o curso, ao articular teoria e situações profissionais reais.
- (D) reduz o espaço para a reflexão pedagógica sobre as necessidades da turma, por partir de um perfil de conclusão previamente definido.
- (E) exige que a avaliação individual acompanhe o desenvolvimento de cada estudante nas competências técnicas previstas, ainda que o trabalho em bancadas ocorra em grupo.

12. Sobre a relação entre avaliação da aprendizagem e gestão da aprendizagem em sala de aula, assinale a alternativa correta.

- (A) A avaliação diagnóstica cumpre a mesma função da avaliação somativa, pois ambas subsidiam a atribuição de nota final ao estudante.
- (B) A adaptação de instrumentos avaliativos, mantidos os objetivos de aprendizagem, é prática de gestão da aprendizagem, não alteração dos critérios avaliativos.
- (C) A variação nos formatos de resposta de uma avaliação compromete, por definição, a equivalência dos critérios de correção entre os estudantes.
- (D) A gestão da aprendizagem, sob a perspectiva avaliativa, deve se restringir a contextos de educação inclusiva, não se aplicando a turmas regulares.
- (E) A avaliação somativa, para ser válida, deve utilizar um único instrumento aplicado de forma padronizada a toda a turma.

13. Sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EPT), à luz da compreensão histórica e sociológica da educação como fenômeno social, assinale a alternativa correta.

- (A) A extensão passou a integrar formalmente a tríade da Rede Federal pela Lei nº 11.892/2008, o que situa sua função como posterior e subordinada às de ensino e pesquisa.
- (B) A pesquisa aplicada, na EPT, orienta-se pela resolução de problemas técnicos do setor produtivo, o que a torna equivalente, quanto à finalidade, à pesquisa básica desenvolvida nas universidades.
- (C) A extensão, historicamente associada à função social das universidades, não encontra equivalente conceitual na trajetória da Rede Federal, voltada, desde sua origem, à formação para o trabalho.
- (D) A perspectiva sociológica da educação como socialização das novas gerações sustenta que a EPT deve concentrar sua atuação social no espaço escolar, mantendo a comunidade externa fora do processo formativo.
- (E) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão expressa a compreensão sociológica da educação como fenômeno que extrapola a escola, incorporando a comunidade externa.

14. No âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT), a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) sob uma abordagem decolonial exige superar a mera democratização do acesso. Para que a inclusão seja plena, o currículo e as práticas pedagógicas devem

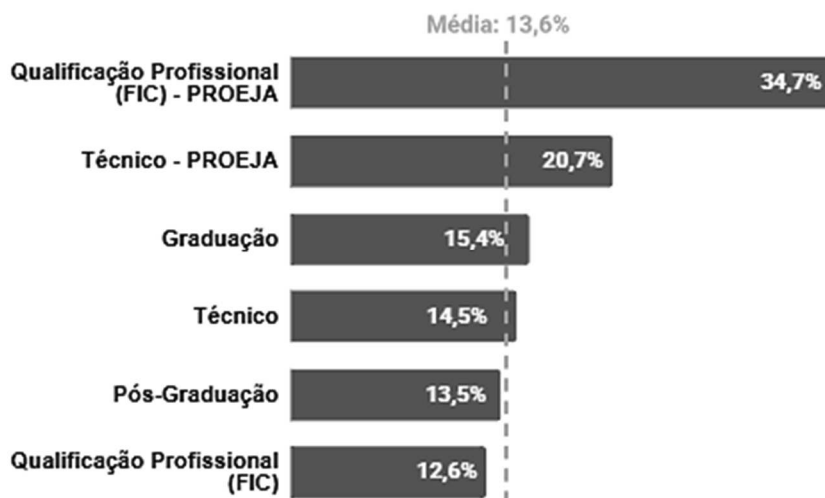
- (A) priorizar os conteúdos científicos e tecnológicos de matriz eurocêntrica consagrados pelo mercado de trabalho, reservando os saberes tradicionais para atividades culturais e datas comemorativas específicas.
- (B) integrar as tecnologias ancestrais, as práticas socioambientais e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais ao núcleo das matrizes curriculares, reconhecendo-os como ciência e inovação legítimas.
- (C) focar na garantia formal da permanência física e na acessibilidade dos estudantes, uma vez que as desigualdades étnico-raciais e as exclusões escolares derivam prioritariamente de fatores socioeconômicos externos à instituição.
- (D) restringir o debate sobre diversidade e inclusão à perspectiva da Educação Especial, destinando a pauta das relações étnico-raciais a projetos interdisciplinares pontuais e extracurriculares.
- (E) pressupor que o simples convívio e a coexistência entre estudantes de diferentes origens no ambiente escolar são suficientes para desconstruir, de forma automática, as hierarquias e os preconceitos historicamente estruturados.

15. Sobre a relação entre currículo prescrito e currículo praticado, e sobre a adaptação curricular à realidade local na perspectiva freiriana, assinale a alternativa correta.

- (A) A organização do trabalho docente, ao operar mediações entre currículo prescrito e currículo praticado, tende a desvirtuar os objetivos formalmente estabelecidos, distanciando o ensino do que fora planejado.
- (B) O currículo praticado em sala de aula tende a reproduzir, sem mediações relevantes, o currículo formalmente prescrito, uma vez que a organização do trabalho docente se pauta pelos documentos oficiais.
- (C) A organização do trabalho docente, ao considerar a realidade local dos estudantes, converte o currículo prescrito em um roteiro apenas orientativo, sem força normativa sobre o planejamento das aulas.
- (D) A adaptação do currículo à realidade local, na perspectiva freiriana, parte do universo cultural dos estudantes para problematizar o conhecimento, sem abrir mão do rigor dos conteúdos.
- (E) A adaptação curricular à realidade local, na perspectiva freiriana, cumpre função motivacional inicial, perdendo centralidade à medida que o conteúdo formal é desenvolvido.

- 16.** O gráfico abaixo, elaborado com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), publicados em 2026, com ano-base 2025, apresenta a taxa de evasão anual por tipo de curso na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Taxa de Evasão Anual por Tipo de Curso



Fonte: PNP - Todas as instituições e ofertas / Ano-base: 2025

Considerando os dados apresentados e os fundamentos normativos e pedagógicos relacionados à democratização do acesso, à garantia de permanência e êxito escolar e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), analise as afirmativas a seguir.

- I - O público da EJA é formado, em geral, por pessoas que não puderam concluir os estudos na idade esperada e que hoje conciliam a retomada da vida escolar com o trabalho. Esse perfil ajuda a entender por que o Técnico-PROEJA registrou, em 2025, uma taxa de evasão aproximadamente 40% maior do que a do Técnico regular.
- II - Com base nos dados da Rede Federal do ano-base 2025, observa-se que a taxa de evasão do Técnico-PROEJA e a da Qualificação Profissional (FIC) vinculada ao PROEJA mostram que a maior carga horária dos cursos técnicos amplia a evasão.
- III- O cumprimento do percentual mínimo de dez por cento de vagas destinado ao PROEJA é suficiente para garantir a formação dos estudantes da EJA na Rede Federal, uma vez que assegura seu ingresso nos cursos técnicos integrados a essa modalidade.
- IV - A permanência e o êxito do estudante do PROEJA dependem de ações institucionais como assistência estudantil, organização curricular, horários compatíveis com a rotina de quem trabalha e acolhimento pedagógico ao longo do curso.
- V - Mesmo diante de grandes desafios, as ofertas do PROEJA são estratégicas para a melhoria social, e cabe à instituição atuar nesse sentido por meio de busca ativa e de ações de apoio à conclusão dos estudos e à qualificação profissional desses estudantes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e V.
- (B) Apenas I, IV e V.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.

17. Em um curso superior de Tecnologia do IFSC, durante uma aula prática de Microbiologia, os estudantes cultivaram microrganismos em meios de cultura. Ao final da atividade, todo o material biológico contaminado (placas de Petri, meios de cultura e utensílios) precisou ser autoclavado antes do descarte ou higienização, para eliminar o risco biológico e evitar a contaminação ambiental e sanitária. A professora se propôs a aproveitar esse momento para trabalhar, com a turma, os temas transversais ambiental e de saúde relacionados ao descarte de resíduos biológicos, à luz das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e da interdisciplinaridade. Assinale a alternativa que **NÃO** representa uma forma adequada de a professora conduzir essa discussão.

- (A) Relacionar o protocolo de autoclavagem à legislação de resíduos de serviços de saúde, discutindo com a turma as implicações ambientais do descarte incorreto.
- (B) Propor que os estudantes pesquisem, em pequenos grupos, protocolos de biossegurança adotados por diferentes setores produtivos que lidam com resíduos biológicos, comparando-os ao procedimento realizado em aula.
- (C) Convidar um profissional da área de gestão ambiental do câmpus para dialogar com a turma sobre os procedimentos institucionais de destinação de resíduos biológicos.
- (D) Aprofundar os conhecimentos sobre o mecanismo de ação do processo de esterilização e os parâmetros do ciclo da autoclave, da higienização dos materiais e da organização do laboratório após a aula.
- (E) Solicitar que os estudantes relacionem o procedimento de autoclavagem a normas de biossegurança e a princípios de responsabilidade socioambiental da profissão.

18. A articulação entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2026-2036) estabelece os parâmetros normativos e as metas estratégicas para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. Considerando essa articulação, analise as afirmativas a seguir.

- I - A LDB organiza a EPT em cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior; o PNE (2026-2036), de forma complementar, estabelece a meta de expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante, até atingir metade dos estudantes matriculados no Ensino Médio, assegurando que, no mínimo, metade dessa expansão ocorra no segmento público.
- II - De acordo com as diretrizes de flexibilização da LDB, o PNE (2026-2036) desvincula a oferta de formação técnica do Ensino Médio regular, determinando que as metas de expansão da EPT sejam atingidas exclusivamente por meio de cursos subsequentes (pós-médio) e de programas de educação a distância (EAD).
- III - A LDB prevê a possibilidade de aproveitamento de estudos e de conhecimentos adquiridos no trabalho para a organização dos cursos de EPT; em consonância, o PNE (2026-2036) estabelece meta de expansão da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.
- IV - A LDB permite a oferta de cursos subsequentes de EPT a quem já concluiu o Ensino Médio; o PNE (2026-2036) estabelece meta de expandir essas matrículas, assegurando a qualidade da oferta e a permanência dos estudantes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

19. Ao reformular a proposta pedagógica de um curso técnico integrado ao Ensino Médio, a equipe de um câmpus do IFSC revisou a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM – Resolução CNE/CEB nº 2/2024) na organização da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos (IFs). Assinale a alternativa correta sobre esse tema.

- (A) A BNCC define os direitos e objetivos de aprendizagem em competências e habilidades; as DCNEM organizam o currículo em FGB e Itinerários Formativos, que devem consolidar e ampliar essas aprendizagens, sem fragmentação em componentes isolados.
- (B) A BNCC define os direitos e objetivos de aprendizagem em competências e habilidades; as DCNEM organizam o currículo em FGB e Itinerários Formativos, cabendo a estes a definição de marcos pedagógicos próprios, autônomos em relação à Base.
- (C) As DCNEM estabelecem carga horária mínima de 2.100 horas para a FGB, flexibilizada para 2.400 horas quando integrada aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional, restrita a esse tipo de itinerário.
- (D) As DCNEM estabelecem carga horária mínima de 2.400 horas para a FGB, fixa e não sujeita a flexibilização, independentemente da organização adotada para os Itinerários Formativos.
- (E) As DCNEM permitem que os Itinerários Formativos sejam desenvolvidos de forma independente da FGB, cabendo à instituição avaliar, ao final do curso, se as competências da BNCC foram alcançadas.

20. Ao planejar o componente curricular de Modelagem do Curso Técnico em Têxtil de um câmpus do IFSC, o professor adotou a metodologia de sala de aula invertida: antes do encontro presencial, os estudantes exploram, em ambiente virtual de aprendizagem, tutoriais e simulações digitais sobre *softwares* de modelagem têxtil assistida por computador, reservando o tempo em sala para a resolução de problemas práticos e a discussão orientada pelo docente. Trata-se de uma prática de educação mediada por tecnologias digitais dentro de um curso ofertado na modalidade presencial, construída em articulação com as diretrizes da Política Nacional de Educação Digital (PNED – Lei nº 14.533/2023). Assinale a alternativa correta sobre essa situação.

- (A) A mediação por tecnologias digitais, por si só, já caracteriza metodologia ativa, pois qualquer uso de ambiente virtual desloca automaticamente o protagonismo da aprendizagem para o estudante.
- (B) Por envolver atividades em ambiente virtual fora do horário de aula, a prática caracteriza oferta de Educação a Distância, exigindo registro do componente curricular nessa modalidade junto ao órgão regulador competente.
- (C) O uso de tutoriais e simulações digitais antes do encontro presencial caracteriza metodologia tradicional apenas transposta ao ambiente digital, sem alteração do papel do estudante como receptor do conteúdo.
- (D) A PNED não se aplica a essa situação, pois trata exclusivamente da inclusão digital de populações vulneráveis, não alcançando o planejamento pedagógico de componentes curriculares em cursos técnicos.
- (E) A prática caracteriza educação mediada por tecnologias digitais, distinta da Educação a Distância, articulada ao eixo de Capacitação e Especialização Digital da PNED; o caráter ativo decorre da intencionalidade pedagógica, não da tecnologia em si.

21. Leia o trecho da reportagem a seguir.

"Segundo o Movimento Brasil Competitivo (MBC), [...] apenas 21,5% dos alunos do ensino médio estão matriculados em cursos técnicos ou profissionalizantes. [...] O mercado de trabalho mudou mais rapidamente do que a capacidade do país de formar profissionais com as competências demandadas pelas empresas."

MARTINS, André. Escassez de mão de obra qualificada custa R\$ 335 bilhões ao Brasil, diz estudo. *Exame*, São Paulo, 18 de julho de 2026. Disponível em: <https://exame.com/brasil/escassez-de-mao-de-obra-qualificada-custa-r-335-bilhoes-ao-brasil-diz-estudo/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

O diagnóstico contemporâneo apresentado na reportagem pode ser relacionado à trajetória histórica da educação profissional brasileira, cuja organização no período imperial e institucionalização ao longo da República foram marcadas pela

- (A) equivalência entre a educação profissional e o ensino secundário, assegurando aos estudantes dos liceus de artes e ofícios condições semelhantes de acesso aos estudos superiores.
- (B) integração entre formação geral e preparação profissional, orientada desde o século XIX pelos princípios da educação politécnica e da formação humana integral.
- (C) dualidade estrutural entre uma formação profissional, prática e frequentemente assistencialista, destinada predominantemente às classes trabalhadoras, e uma formação propedêutica voltada aos grupos socialmente privilegiados.
- (D) expansão da formação profissional para atender às atividades urbanas e industriais, acompanhada da superação gradual de seu caráter assistencialista e das distinções sociais entre os percursos escolares.
- (E) organização de ramos técnicos e secundários durante a Era Vargas, articulados por mecanismos que asseguravam mobilidade equivalente entre a formação profissional e o ensino superior.

22. "A narrativa *Visão de Túndalo* expressa concepções cristãs acerca da escatologia e distribui simbolicamente os eleitos em diferentes espaços do Paraíso, de acordo com suas práticas e méritos terrenos. No relato, o ambiente celestial é descrito como uma cidade cercada por três muros – de Prata, de Ouro e de Pedras Preciosas. No muro de Prata encontravam-se homens e mulheres que haviam respeitado o casamento legítimo, agraciados com 'vestiduras brancas muy fermosas' e inseridos em um espaço de luminosidade, harmonia e ausência de tristeza."

PEREIRA, F. H. Esteves (ed.). *Visão de Túndalo: Códice 244. Revista Lusitana*, Lisboa, v. III, 1895, p. 97–120.

Considerando os relatos visionários como fontes para a história social e cultural da Idade Média, a passagem acima pode ser interpretada como uma

- (A) representação normativa das relações conjugais que, embora produzida em ambiente religioso, permite reconstituir diretamente as formas pelas quais as mulheres vivenciavam e negociavam o casamento na sociedade medieval.
- (B) elaboração literária destinada principalmente à instrução espiritual dos fiéis, cujo caráter escatológico restringe sua utilização histórica ao estudo das doutrinas cristãs sobre o destino das almas.
- (C) formulação religiosa que, ao reunir homens e mulheres casados em um mesmo espaço paradisíaco, indica a atenuação das hierarquias de gênero no plano espiritual, ainda que elas permanecessem na sociedade terrena.
- (D) expressão de crenças compartilhadas sobre o Além, cuja circulação entre diferentes grupos sociais revela uma religiosidade coletiva formada à margem da atuação eclesiástica na regulamentação dos comportamentos.
- (E) construção simbólica que projetava no espaço celestial classificações e valores da sociedade terrena, associando a posição dos casados no Paraíso à observância da ordem matrimonial cristã.

23. Durante a Era Vargas (1930-1945), o Estado ampliou sua participação na economia e adotou medidas voltadas à industrialização, à diversificação produtiva e à implantação de setores de infraestrutura. Esse processo buscava reduzir a dependência da economia agroexportadora e ampliar a capacidade produtiva nacional.

Considerando as relações estabelecidas entre o Estado, a iniciativa privada e o capital estrangeiro na condução desse processo, a política econômica do período caracterizou-se pela

- (A) concentração dos investimentos industriais no setor estatal, acompanhada da transferência ao poder público do controle dos empreendimentos que contavam com participação financeira estrangeira.
- (B) combinação entre intervenção estatal e obtenção de recursos financeiros, equipamentos e tecnologias externos, empregados na implantação de setores considerados estratégicos para a industrialização brasileira.
- (C) utilização de instrumentos de crédito, proteção cambial e regulação econômica para estimular a industrialização, mantendo sob responsabilidade das empresas privadas a implantação dos principais empreendimentos da indústria de base.
- (D) promoção da industrialização como instrumento de modernização das atividades agroexportadoras, com prioridade para a produção de equipamentos, insumos e infraestrutura destinados ao aumento da competitividade agrícola.
- (E) estruturação dos empreendimentos industriais de base por meio da poupança interna e do capital empresarial nacional, com a incorporação de recursos externos em etapas posteriores de expansão produtiva.

24. Em 1916, na conferência *O dever dos neutros*, proferida na Faculdade de Direito de Buenos Aires, Rui Barbosa argumentava:

"Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça. [...] Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio."

BARBOSA, Rui. *Os Conceitos Modernos do Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1983, p. 54.

Considerando a atuação de Rui Barbosa e os debates políticos e diplomáticos relacionados ao abandono da neutralidade e à participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, avalie as afirmativas a seguir.

- I - Em meio às posições favoráveis aos Aliados, às simpatias pelos Impérios Centrais e à defesa da manutenção da neutralidade, Rui Barbosa sustentou que a condição de Estado neutro não impunha indiferença diante de violações do direito internacional, admitindo a censura política e moral aos atos atribuídos à Alemanha.
- II - A crítica de Rui Barbosa à neutralidade passiva apoiava-se na valorização do direito internacional e na experiência diplomática de Haia, sustentando que a violação das garantias reconhecidas aos Estados neutros não deveria ser tratada pelos demais países como questão juridicamente indiferente.
- III - O torpedeamento do vapor brasileiro *Paraná*, em abril de 1917, fortaleceu a mobilização favorável aos Aliados e ampliou as pressões sobre o chanceler Lauro Müller, cuja defesa da neutralidade e ascendência alemã eram utilizadas por seus opositores para questionar sua permanência no cargo.
- IV - Embora tenha enviado uma divisão naval ao Atlântico, o governo brasileiro limitou as demais missões encaminhadas à Europa a atividades sem integração direta às operações militares e sanitárias conduzidas pelos Aliados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas II e IV.

25. Durante o processo de abertura política iniciado no final da década de 1970, diferentes grupos sociais ampliaram o debate sobre a democratização para além das decisões conduzidas pelas instituições do Estado. Nesse contexto, assembleias, organizações e lideranças indígenas, articuladas com setores da sociedade civil, mobilizaram-se contra o projeto governamental de emancipação indígena anunciado em 1978.

A proposta previa a possibilidade de reconhecer juridicamente indivíduos ou grupos indígenas como integrados à sociedade nacional, alterando sua condição jurídica e os mecanismos específicos de proteção então previstos na legislação.

Considerando a atuação indígena e o significado político dessa resistência, a oposição ao projeto caracterizou-se pela

- (A) preservação do regime tutelar como fundamento definitivo da política indigenista, mantendo sob a administração da Funai as decisões relativas às terras, às formas de organização e à representação política das comunidades.
- (B) equiparação jurídica entre indígenas e não indígenas, entendendo que a cidadania individual tornaria desnecessários o reconhecimento de identidades étnicas diferenciadas e a proteção de direitos territoriais coletivos.
- (C) transferência da condução das reivindicações para entidades civis e religiosas, consideradas mais aptas a representar os interesses indígenas perante o Estado durante o processo de abertura política.
- (D) defesa da manutenção das identidades coletivas e dos direitos territoriais indígenas, contestando uma política integracionista cuja aplicação poderia enfraquecer a proteção das terras e favorecer sua incorporação a projetos econômicos.
- (E) defesa da integração econômica das comunidades à sociedade nacional, condicionada à demarcação prévia das terras e à participação indígena nos projetos de colonização e exploração de recursos naturais.

26. Em 1957, o Teatro Experimental do Negro (TEN) encenou, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a peça *Sortilégio – Mistério Negro*. A obra abordava conflitos vivenciados pela população negra em uma sociedade marcada pela valorização de padrões culturais eurocêntricos. Ao analisar posteriormente a trajetória do grupo, Abdias do Nascimento afirmou que sua proposta incluía “uma estética afro-centrada como parte essencial na composição de um espetáculo genuinamente brasileiro”.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.

Considerando a inserção do TEN na trajetória do movimento negro brasileiro, sua experiência evidencia uma forma de atuação baseada na

- (A) utilização do teatro como meio de ascensão profissional de artistas negros, entendendo que sua inserção nas instituições culturais contribuiria gradualmente para reduzir as desigualdades raciais.
- (B) valorização de referências culturais negras como componentes da identidade brasileira, interpretadas como contribuições complementares a uma formação nacional orientada pela integração racial.
- (C) articulação entre produção artística, formação educacional e mobilização política, por meio da qual a cultura se convertia em espaço de resistência, denúncia do racismo e afirmação de sujeitos negros na vida nacional.
- (D) recuperação de tradições africanas e afro-brasileiras como fundamento de uma identidade coletiva, privilegiando a preservação cultural em relação às disputas institucionais por direitos.
- (E) ampliação da presença negra nos espaços artísticos, restringindo o enfrentamento do racismo à transformação das imagens e personagens representadas nos espetáculos teatrais.

27. Durante a Revolução Farroupilha (1835–1845), o deslocamento de homens para as frentes de combate afetava a capacidade de vigilância e repressão na Freguesia do Boqueirão. Essa situação aparece no ofício enviado, em 22 de julho de 1836, pelo encarregado da Polícia local, Balthazar José Rodrigues Filho, a Domingos José de Almeida. Ao justificar as dificuldades para reunir reforços destinados às forças farroupilhas, a autoridade escreveu:

“[...] não ignora ser este Destrito pobre de jente, e algumas Pessoas que restão tem andado empregadas em abater a furia destruidora dos malditos Coilombeiros [...] Sendo certo que tudo sabem e sem receio girão pela Costa da Serra atacando aos Moradores tanto de Noite, como de Dia [...] e imediatamente a investirão Fazenda do Salso tendo-a invadido toda a Noite arrombando-lhe o Portam, e com descarga e gritarias continuadas quebrando-lhe as vidraças e janellas [...]”

RODRIGUES FILHO, Balthazar José. Ofício a Domingos José de Almeida. Freguesia do Boqueirão, 22 jul. 1836. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Coleção Varela, CV-7936. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: AHRs, ano. v. 18, p. 183–184.

Considerando o lugar social do autor do documento e as discussões historiográficas sobre a escravidão e a resistência negra no período, o relato evidencia a

- (A) aproximação política dos grupos quilombolas com as forças imperiais, concretizada em ataques coordenados contra propriedades vinculadas aos defensores da causa farroupilha.
- (B) incorporação dos grupos quilombolas ao sistema defensivo farroupilha, mediante a promessa de liberdade aos participantes em troca da proteção armada das povoações situadas na retaguarda do conflito.
- (C) adoção de uma estratégia de preservação dos núcleos quilombolas, baseada na restrição das incursões às áreas serranas e na redução dos confrontos com moradores e propriedades locais.
- (D) formação de acordos com proprietários da região, pelos quais os quilombolas prestavam proteção armada e obtinham tolerância à sua permanência e circulação na Serra dos Tapes.
- (E) relação entre a redução das forças repressivas e a ação coletiva dos quilombolas, percebida pela autoridade como ameaça ao controle senhorial e à segurança das propriedades locais.

28. Na Capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII, as restrições à instalação de ordens religiosas regulares contribuíram para a centralidade de associações leigas, como irmandades, confrarias e ordens terceiras, na organização da vida religiosa e social. Considerando sua atuação no contexto do barroco mineiro, essas associações caracterizaram-se pela

- (A) integração de escravizados, libertos e livres em estruturas religiosas que suprimiam distinções de cor, condição jurídica e posição social entre seus integrantes.
- (B) articulação entre devoção, assistência mútua e sociabilidade, promovendo cultos, festas, sepultamentos e formas de representação coletiva sem eliminar as hierarquias da sociedade colonial.
- (C) administração direta por autoridades régias, responsáveis pela escolha dos dirigentes, pela arrecadação dos recursos e pelo controle das práticas devocionais.
- (D) uniformização das condições de assistência e prestígio ritual, garantindo aos associados tratamentos equivalentes nas cerimônias públicas e nos sepultamentos.
- (E) concentração das atividades na construção e ornamentação dos templos, mantendo as celebrações religiosas desvinculadas das relações de identidade, solidariedade e prestígio social.

29. A ampliação da presença africana na Copa do Mundo de 2026 evidencia a diversidade política e cultural de um continente cujas fronteiras e Estados foram profundamente marcados pelo colonialismo e pelos processos de descolonização.

Relacione os países ou territórios africanos da primeira coluna às respectivas trajetórias históricas apresentadas na segunda coluna.

- (1) Argélia
 - (2) Eritreia
 - (3) Sudão do Sul
 - (4) Saara Ocidental
-
- () Território colonizado pela Espanha cujo processo de descolonização permaneceu inconcluso, envolvendo a atuação da Frente Polisário, a presença marroquina e a reivindicação de um referendo de autodeterminação.
 - () País cuja luta contra a dominação francesa resultou nos Acordos de Évian e no referendo de independência realizado em 1962.
 - () Estado formado após décadas de conflitos com o governo sediado em Cartum, tendo sua separação aprovada em referendo realizado em 2011, conforme acordo encerrado após um período de Guerra Civil.
 - () Antiga colônia italiana, posteriormente federada e anexada à Etiópia, cuja independência foi alcançada após prolongada luta armada e confirmada por referendo realizado em 1993.

A sequência numérica correta de preenchimento dos parênteses da segunda coluna, de cima para baixo, é

- (A) 4 – 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 1 – 4 – 2.
- (C) 2 – 4 – 3 – 1.
- (D) 4 – 1 – 3 – 2.
- (E) 1 – 3 – 2 – 4.

30. Em dezembro de 2010, a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em protesto contra a apreensão de suas mercadorias e o tratamento recebido de agentes públicos na Tunísia, desencadeou manifestações que contribuíram para a queda do presidente Zine El Abidine Ben Ali. Nos meses seguintes, protestos alcançaram diferentes países do norte da África e do Oriente Médio, movimento posteriormente conhecido como Primavera Árabe.

Considerando esse processo histórico, as mobilizações iniciadas em 2010 caracterizaram-se pela

- (A) circulação transnacional de repertórios de protesto contra governos autoritários, impulsionados por demandas políticas e socioeconômicas, mas acompanhados de resultados distintos conforme as condições internas e externas de cada país.
- (B) articulação regional de movimentos oposicionistas que, embora apresentassem pautas nacionais variadas, convergiram para um programa comum de substituição dos regimes autoritários por democracias parlamentares.
- (C) orientação comum por reformas políticas graduais, que conduziram os governos da região a negociar mudanças institucionais preservando as estruturas centrais de poder.
- (D) combinação entre mobilização popular e intervenção internacional, pela qual o apoio externo se tornou o principal fator responsável pela queda ou pela permanência dos governos atingidos.
- (E) predominância de setores urbanos escolarizados, que converteram mobilizações socialmente heterogêneas em movimentos voltados sobretudo às liberdades civis, relegando as reivindicações econômicas a posição secundária.

31. "O Governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará todos os esforços para facilitar a concretização desse objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país."

O trecho acima corresponde à Declaração de Balfour, um importante documento que se refere a aspectos fundamentais da Questão Palestina. Sobre essa fonte histórica é correto afirmar que

- (A) se trata de um documento oficial do Governo Britânico, no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, que antecede, em 1947, a criação de dois Estados: um Judeu e um Árabe, na região da Palestina. Essa ação demonstra o interesse em auxiliar a comunidade Judaica, profundamente afetada pelo Holocausto, a atender a um antigo ensejo de criar um estado Judeu na região.
- (B) foi uma carta produzida em 1917, pelo Secretário de Estado Britânico, na época. O documento, produzido nos derradeiros momentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), defende a criação de um território para os judeus na Palestina, e antecede à derrota do Império Otomano na região, e o posterior estabelecimento do chamado *Mandato Britânico*, que colocou o território sob controle Britânico, entre 1920 e 1948.
- (C) o documento expressa a posição do Governo Britânico, em 1945. Com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial, os países que formavam o bloco dos Aliados iniciaram ações estratégicas e planejamentos, no intuito de estabelecer uma nova ordem e uma nova relação de forças entre os diferentes interesses internacionais. Nesse contexto, a declaração de Balfour defendia o estabelecimento de um Estado Judeu no pós-guerra, e representa os primeiros passos para a criação do Estado de Israel.
- (D) a fonte citada refere-se a uma carta escrita em 1885, pelo Secretário de Estado Britânico, no contexto da *Conferência de Berlim*, que dividiu, entre as nações europeias, territórios a serem colonizados nos continentes asiático e africano. Apoiada pela comunidade judaica, a Inglaterra sugeria a criação de um estado judeu, na Palestina, onde pudesse estabelecer seus domínios coloniais, que ficou conhecido como *Mandato Britânico*.
- (E) o trecho refere-se a um memorando do Governo Britânico, escrito após a descoberta do plano nazista, por meio do *Relatório Riegner*. Nesse sentido, o objetivo era o de criar um estado Judeu na Palestina, com o objetivo de salvar a comunidade judaica Europeia de um genocídio em curso.

32. Sobre o processo de expansão marítima e as grandes navegações, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Os territórios ao norte da África e no Atlântico, ainda muito próximos da Península Ibérica, como Ceuta e a Ilha da Madeira, se tornaram as primeiras posses de Portugal, no século XV, ainda no início da Expansão Marítima Ibérica.
- (B) No século XV, antes das grandes expedições dos países ibéricos, o Império Chinês, no contexto da dinastia *Ming*, possuía um grande poder marítimo, e o domínio de técnicas e tecnologias importantes, que influenciaram o desenvolvimento das navegações europeias.
- (C) A Igreja Católica se fazia presente nesse processo, não apenas no contexto de ampliar os domínios religiosos, mas também de outorgar e certificar posses territoriais (como a conquista de Ceuta), e de arbitrar disputas territoriais, o que ficou manifesto pela *Bula Inter Coetera*, que mais tarde foi revista em acordo entre portugueses e espanhóis, no Tratado de Tordesilhas.
- (D) O pioneirismo de Portugal e Espanha, no contexto da Expansão Marítima, ocorreu devido a alguns fatores importantes, entre eles: a localização geográfica da Península Ibérica, em relação ao Oceano Atlântico e ao norte do continente africano, e a definição das fronteiras nacionais, muito precocemente, desde o início da Idade Média.
- (E) Um dos motivos para Portugal buscar novas rotas no Oceano Atlântico, deve-se ao fato de muitas rotas comerciais no Mar Mediterrâneo estarem sob o controle de cidades como Veneza e Gênova, duas das chamadas Repúblicas Marítimas do Mediterrâneo.

33. Em *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*, Alberto da Costa e Silva afirma que o Egito, para além de uma região de convergência entre Mediterrâneo, África e Ásia, ou seja, “uma esquina do mundo”, é, antes de tudo, uma “esquina da África”. Tomando por base essa afirmação, e os conhecimentos sobre a história do Egito Antigo, podemos afirmar que

- (A) o Império Egípcio, na antiguidade, desenvolveu grande autonomia, em sua trajetória, de modo a desenvolver seus aspectos econômicos, culturais e políticos de forma autônoma e apartada de características relativas a outros povos da África.
- (B) o Egito Antigo, no escopo das chamadas “sociedades hidráulicas”, se relaciona por uma influência mútua, com povos semitas, árabes e mesopotâmicos; de modo a estabelecer relações muito próximas com outros povos ao leste de seu território, em detrimento de outras sociedades africanas, como os cuxitas.
- (C) o Império Egípcio, por seu poder, sua grandeza e sua expansão territorial, dominava e mantinha uma relação de poder permanente e unilateral sobre outros povos e territórios da África, como os cuxitas e axum.
- (D) a relação do Egito com os povos do Mediterrâneo (como os gregos) se estabeleceu com muito mais preponderância, na perspectiva dos egípcios, desde a formação dessa sociedade, às margens do Rio Nilo.
- (E) o Egito desenvolveu relações complexas com povos de distintas regiões. No caso de povos vizinhos do território africano, as relações alternaram momentos de tensão e de proximidade, de trocas e influências mútuas, influenciando, inclusive, transformações na própria sociedade egípcia.

34. Leia o trecho abaixo.

“Sua fundação se deu em um período altamente crítico para os povos indígenas. Diversas frentes de expansão para o interior, ao longo de todo o país, faziam guerra contra os nativos.”

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Serviço de Proteção aos Índios. *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo, [s. d.]. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 3 ago. 2026.

O trecho acima refere-se ao contexto de criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que foi

- (A) um órgão instituído em 1910, durante o governo do presidente Nilo Peçanha. Atuava na perspectiva da tutela aos indígenas, e seu pressuposto inicial caminhava no sentido de promover a “integração pacífica” do nativo à sociedade brasileira. Em 1967, após vários casos de violência, corrupção e negligência, o órgão foi extinto.
- (B) um órgão criado em 1967, durante o governo do general Artur da Costa e Silva. Adotou a perspectiva “assimilacionista”, visando realizar uma “integração” acelerada do indígena. Sua atuação estava atrelada aos planos de defesa nacional e ao Plano Nacional de Desenvolvimento, cuja tutela indígena era estratégica para a construção de hidrelétricas, extração de minérios e expansão latifundiária.
- (C) um órgão indigenista oficial, criado em 1987, a partir de discussões na assembleia constituinte, e que ficou responsável pela proteção dos direitos dos povos indígenas, no território nacional, além de promover o debate acerca das terras indígenas e os territórios de pertencimento de cada povo, e de garantir políticas públicas para as populações nativas.
- (D) um órgão instituído, em 1942, durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de tutelar os indígenas e realizar uma “integração” dos nativos, aliado aos princípios de desenvolvimento nacional, expansão territorial para o oeste do país e aos valores do trabalhismo. Desse modo, o objetivo era o de integrar os indígenas às fileiras de trabalhadores urbanos e rurais.
- (E) um órgão instituído em 1957, pelo governo Juscelino Kubitschek, com a intenção de estabelecer uma nova política indigenista, pautada pelo princípio da tutela dos diferentes povos indígenas, e uma lógica “assimilacionista”. Vincula-se ao plano de interiorização e expansão econômica, no sentido de assegurar a ocupação de terras para a produção agrária e a transformação de indígenas em trabalhadores urbanos e rurais.

35. O filme *O triunfo da vontade*, de Leni Riefenstahl, se tornou uma produção representativa, acerca do contexto político dos anos 1930, na Europa. Assinale a alternativa com as informações corretas sobre o filme e sua relação com o contexto de ascensão do nazifascismo.

- (A) O filme aborda, em tom de denúncia, um Congresso do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, na cidade de Munique, em um contexto de consolidação do regime liderado por Adolf Hitler. O filme é visto, internacionalmente, como uma tentativa de alertar sobre o crescente autoritarismo na Alemanha em 1935.
- (B) O filme é uma propaganda política produzida pelo regime nazista; trata-se de um registro do Congresso do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em 1934, na cidade de Nuremberg, que é abordado com o objetivo de promover exaltação e engrandecer o regime de Adolf Hitler.
- (C) O filme é um documentário, lançado em 1936, em tom de denúncia, realizado de forma clandestina, em Berlim, no contexto de um discurso de Adolf Hitler. A produção tornou-se um importante registro da época acerca do recrudescimento do regime Nazista em 1935.
- (D) O filme é uma apologia ao regime nazista em 1936, que traz imagens do cotidiano, a partir do enfoque em cidadãos alemães comuns presentes no contexto de um discurso de Adolf Hitler, em Munique. A produção busca representar o bem-estar dos alemães como estratégia de propaganda.
- (E) O filme é uma denúncia contra o regime nazista, em 1938. Apesar da perseguição sofrida pela diretora, ela conseguiu abordar a violência e o contexto autoritário do regime, em uma manifestação, na cidade de Nuremberg. O filme, até hoje, é visto como um registro fundamental da violência do regime nazista.

36. "No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais [...]. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente [...]"

MUNHOZ, Sidnei J. A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. *Anais*. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.630.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2026.

De acordo com o contexto apresentado pelo autor, e a partir da compreensão do cenário político brasileiro, após o fim da Segunda Guerra Mundial, considere as afirmações abaixo.

- I - O Governo Dutra (1946-1951), apesar de se inserir no contexto da redemocratização, após o fim do Estado Novo (1937-1945), carregou consigo características autoritárias, apoiando o cerceamento de mandatos e partidos políticos.
- II - No contexto do Governo Dutra (1946-1951), o crescimento de partidos que defendiam amplas mudanças sociais (como o PCB) levou a uma reação, que culminou em uma limitação da expansão democrática, no pós-Segunda Guerra Mundial.
- III- O contexto da Guerra Fria, vivido internacionalmente, teve impacto muito limitado no Brasil, que vivia um momento muito distinto, de retomada democrática após o Estado Novo (1937-1945) e respeito à autonomia de partidos e vertentes políticas distintas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

37. O século XIX foi marcado pela ebulição de movimentos de trabalhadores, tanto na Inglaterra (berço da Revolução Industrial) quanto em outros países da Europa. Um desses movimentos conseguiu milhões de assinaturas, com o objetivo de exigir o direito da representatividade política para a população mais pobre; o direito ao voto universal masculino também estava entre as reivindicações.

Assinale a alternativa que apresenta o movimento descrito na afirmação acima.

- (A) Ludismo.
- (B) *Trade Unions*.
- (C) Comuna de Paris.
- (D) Socialismo Utópico.
- (E) Cartismo.

38. No ano de 2014, foi produzido o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CMV), que teve como objetivo investigar violações de direitos humanos ocorridas de 1946 até 1988, com especial enfoque no período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1965. Outros países do Cone Sul também viveram contextos ditatoriais, em períodos semelhantes, e também produziram seus documentos oficiais de investigação acerca das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, nesses períodos. Como exemplo, temos o relatório *Nunca más*, produzido em 1984 sobre o contexto argentino; e os denominados *Arquivos do terror*, de 1992, que tratam do contexto do Paraguai.

Considerando esse contexto, leia as afirmações abaixo, acerca das semelhanças e diferenças entre os regimes ditatoriais no Cone Sul, na segunda metade do século XX.

- I - Apesar das diferenças de duração e intensidade de ação dos regimes, as ditaduras militares no Brasil, Argentina e Paraguai compartilhavam algumas práticas de violações de direitos humanos semelhantes, como a tortura, o desaparecimento de presos políticos e o anticomunismo.
- II - O Grupo de Trabalho Operação Condor, da Comissão Nacional da Verdade, investigou a articulação entre os governos militares do Brasil, Argentina e Paraguai, e verificou o monitoramento de fronteiras, ações de inteligência, atividades coordenadas de prisões e ações clandestinas, com cooperação entre os aparatos repressivos de cada país.
- III - Os três países possuem semelhanças, no que diz respeito às investigações e elaborações de relatórios institucionais sobre os crimes cometidos pelas suas ditaduras, a partir do ano seguinte ao encerramento desses regimes. Todos eles buscaram reforçar uma memória coletiva de repúdio às violências cometidas; o que diferiu, entre os países, foi o nível de justiça e punição aos responsáveis pelas violências.
- IV - Na Argentina, além de se instituir, poucos dias após o final do regime ditatorial (1983), um processo de investigação e elaboração dos relatórios sobre as violações dos direitos humanos (relatório *Nunca más*), cometidas durante o seu período ditatorial (1976-1983), no ano de 2005, após uma decisão da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina, o país anulou as leis que concederam anistia e limitavam o processo e a punição dos envolvidos em crimes ligados ao aparato repressivo da ditadura.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

39. O século XIX e o início do século XX representaram um período fundamental para a expansão econômica e o crescimento da industrialização nos EUA. Essa expansão econômica foi acompanhada de uma política de aproximação com os países de todo o continente americano, estabelecendo, ao longo do tempo, uma esfera de influência econômica, política e cultural. Um dos exemplos de políticas voltadas para garantir a hegemonia dos EUA sobre o continente americano foi a *Doutrina Roosevelt*, também chamada de *Corolário Roosevelt*. Sobre essa doutrina, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi estabelecida em 1823, e trazia uma política externa que se fundamentava no princípio da *América para os Americanos*.
- (B) Declarava o direito dos EUA utilizarem a força, ameaçarem e intervirem diretamente em questões internas de países da América Latina para garantir os interesses estadunidenses.
- (C) Tinha como princípio fundamental a ideia de que os EUA possuíam uma missão divina, e intrínseca ao povo estadunidense, de expandir suas fronteiras e ocupar novos territórios.
- (D) Seu objetivo principal era afastar qualquer possibilidade de interferência europeia nos territórios da América Latina, em um contexto em que os países europeus realizavam expansões imperialistas na África e na Ásia.
- (E) Além da América Latina, esse princípio forneceu justificativa para a expansão territorial rumo ao Oeste dos EUA e a ocupação de territórios do México, como a Califórnia.

40. "A ação proclamada como modernizadora pelo Estado era lastreada pelo poder local de grandes fazendeiros, que ostentavam títulos de oficiais da Guarda Nacional, mas que se notabilizaram no planalto na ação de grilagem das terras públicas, emprego de pistoleiros contra lavradores, apossamento de territórios indígenas e privatização de ervais nativos. A elite dirigente do país não conseguia imaginar progresso que não resultasse num processo de europeização."

MACHADO, P.P. In: RODRIGUES, Rogério R. et al. (Orgs.) *A Guerra do Contestado timtim por timtim*. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

O trecho acima relata o contexto de tensões, sob o qual ocorreu a Guerra do Contestado. Considerando o texto, e as perspectivas historiográficas sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Durante muitos anos, os sertanejos foram considerados fanáticos, ignorantes, matutos. A reação dessas pessoas, aglutinadas por um ideal religioso e messiânico, reforçava a visão de que os sertanejos do Contestado eram contra o progresso.
- (B) O que era visto como progresso pelo poder local e pelo Estado, na verdade, representava expulsão de suas terras, expropriação por grileiros e profundas modificações no meio ambiente, com a extração de araucárias e derrubada de ervais, além da chegada de imigrantes europeus, assentados em suas terras, ao longo da ferrovia.
- (C) O projeto de construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul se dava como uma expressão de projetos modernizantes, ocorridos em outros lugares do país, e apesar do passado de conflitos e tensões, por conta desse fator, a região do Contestado catarinense se tornou uma das mais desenvolvidas do Estado de Santa Catarina.
- (D) O conflito ocorreu em território disputado pelo Paraná e Santa Catarina, principalmente, após a emancipação da província do Paraná (1853). Os catarinenses utilizavam documentos do período colonial para justificar a posse. Os paranaenses alegavam a ocupação efetiva do território.
- (E) A Guerra do Contestado não foi um conflito unidimensional e linear. Suas origens são diversificadas, a partir de aspectos sociais, políticos, culturais e religiosos. Em seu decorrer, a guerra foi composta de diversas fases.

41. Em relatório produzido pela direção da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em 1922, registrou-se:

"Alguns são tão pobres que a própria roupa logo o demonstra. No inverno, especialmente nos dias chuvosos, chegam tremendo de frio, até que no correr dos trabalhos se reanimam um pouco mais. Pouco cobertos e pouco alimentados relativamente ao que uma criança que trabalha precisa para as compensações da sua economia orgânica, poucos são os que nessas condições resistem cursando a Escola até o último ano de estudos."

MURICY, João Cândido da Silva. Relatório da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, 1922. In: ALMEIDA, Alcides Vieira de. *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: IF-SC, 2010, p. 6.

Considerando o contexto histórico da Primeira República e a trajetória da educação profissional no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O diagnóstico contrasta com o Decreto nº 7.566/1909, que criou escolas de nível secundário destinadas à formação de técnicos para a indústria nacional.
- (B) As dificuldades descritas são compatíveis com o Decreto nº 7.566/1909, que destinou as escolas à formação profissional primária dos "desfavorecidos da fortuna".
- (C) A expansão industrial levou as Escolas de Aprendizes Artífices a abandonar seu caráter assistencial e a priorizar a formação de técnicos para a grande indústria.
- (D) A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina distinguia-se das demais por destinar-se prioritariamente aos filhos de agricultores de origem europeia.
- (E) As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas para inserir a população negra no mercado de trabalho industrial brasileiro.

42. "O Termidor [...] é o fim da heroica e lembrada fase da Revolução: a dos esfarrapados sans-culottes e dos corretos cidadãos de bonés vermelhos [...]. A grande fraqueza dos termidorianos era que eles não desfrutavam de nenhum apoio político [...]. O Diretório dependia do exército para algo mais do que a supressão de golpes e conspirações periódicas [...]. O exército resolveu este problema aparentemente insolúvel [...]. Foi isto que fez do exército, a despeito de seu jacobinismo embutido, um pilar do governo pós-termidoriano, e de seu líder Bonaparte uma pessoa adequada para concluir a revolução burguesa e começar o regime burguês."

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*: Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 90-92.

Com base na interpretação historiográfica desenvolvida por Hobsbawm acerca da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

- (A) O Termidor encerrou o radicalismo jacobino e iniciou uma reação política que culminou na recomposição das bases sociais e jurídicas do Antigo Regime por Napoleão Bonaparte.
- (B) A instabilidade do Diretório decorreu da continuidade da mobilização dos *sans-culottes*, cuja predominância política impediu a consolidação de uma ordem social burguesa.
- (C) A fragilidade política do Diretório ampliou sua dependência do exército, favorecendo a ascensão de Napoleão e a consolidação da ordem burguesa.
- (D) A ascensão de Napoleão resultou da preservação das instituições representativas do Diretório e da conciliação política entre jacobinos, republicanos moderados e monarquistas.
- (E) A dependência militar do Diretório fortaleceu o legado jacobino e assegurou sua predominância institucional durante o governo de Napoleão Bonaparte.

43. Em 1933, o Uruguai sediou a VII Conferência Internacional Americana, realizada em um contexto de redefinição das relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) No governo de Franklin D. Roosevelt, consolidou-se a Política da Boa Vizinhança, e a Conferência de Montevideú afirmou a não intervenção e a igualdade jurídica entre os Estados.
- (B) As mudanças iniciadas nos governos de Harding, Coolidge e Hoover foram retomadas por Franklin D. Roosevelt, preservando o direito de intervenção dos Estados Unidos nos países latino-americanos.
- (C) No contexto da crise de 1929, Franklin D. Roosevelt estabeleceu uma nova política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, conhecida como Política *do Big Stick*.
- (D) Na VII Conferência Internacional Americana, os Estados Unidos condicionaram a adesão ao princípio da não intervenção à manutenção da Emenda Platt em Cuba.
- (E) A Política da Boa Vizinhança foi adotada para ampliar os mercados latino-americanos, mantendo as intervenções militares como instrumento de proteção dos interesses econômicos dos Estados Unidos.

44. A respeito da colonização inglesa da América do Norte, iniciada no século XVII, avalie as afirmativas a seguir.

- I - A colonização inglesa permanente da América do Norte foi diretamente organizada e financiada pela Coroa, com a fundação de Jamestown, na Virgínia, no início do século XVII.
- II - Entre os fatores que estimularam a emigração inglesa para a América do Norte estavam as perseguições religiosas e políticas e as transformações sociais associadas aos cercamentos.
- III - A colônia da Pensilvânia constituiu-se como importante núcleo dos quacres, grupo protestante perseguido na Inglaterra e identificado com princípios pacifistas.
- IV - A metrópole concedeu às Treze Colônias liberdade para desenvolver manufaturas concorrentes às inglesas e realizar comércio direto com mercados estrangeiros.

Quais estão corretas?

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e IV.

45. No que se refere à escravidão e à sociedade no Brasil Colonial, assinale as afirmativas a seguir com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso).

- () A expansão da economia açucareira, a partir da década de 1530, ampliou a demanda por força de trabalho em grande escala, levando ao crescimento do tráfico de africanos escravizados e à rápida substituição, ainda na primeira metade do século XVI, do trabalho indígena pelo africano.
- () A estrutura patriarcal da sociedade colonial submeteu mulheres indígenas e africanas a formas específicas de exploração sexual e reprodutiva, restringindo sua participação social aos espaços domésticos e às redes familiares.
- () Documentos pontifícios estabeleceram fundamentos jurídicos e teológicos que legitimaram a escravização de populações não cristãs. Bulas como a *Dum Diversas* (1452) e a *Romanus Pontifex* (1455) concederam à Coroa portuguesa prerrogativas para conquistar e escravizar muçulmanos e outros não cristãos.
- () Entre os fatores que contribuíram para a consolidação do sistema escravista na América portuguesa esteve a lucratividade do tráfico atlântico de africanos escravizados, que, a partir do século XVI, articulou interesses mercantis na Europa, na África e na colônia.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) F – F – V – V.

46. Instaurada após o golpe de Estado de 1964, a ditadura civil-militar brasileira promoveu profundas transformações na organização política e institucional do país, caracterizadas pela ampliação dos mecanismos de repressão e pela restrição de direitos e garantias fundamentais.

Com base nos conhecimentos históricos sobre esse período, assinale a alternativa correta.

- (A) Constituiu-se a partir de um movimento político-militar apoiado por diferentes setores da sociedade civil, que restaurou a ordem constitucional e retomou a normalidade democrática vigente durante o governo de Juscelino Kubitschek.
- (B) Apesar da supressão das liberdades democráticas, o chamado "milagre econômico" foi marcado por elevadas taxas de crescimento econômico, redução da inflação e controle da dívida externa.
- (C) O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, inaugurou a fase de maior endurecimento do regime e criou as condições jurídicas que levaram à prisão de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o 30º Congresso da entidade, realizado em Ibiúna (SP).
- (D) Entre 1964 e 1968, a ditadura já promovia cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e repressão aos opositores; por essa razão, esse período ficou conhecido na historiografia como os "anos de chumbo".
- (E) O Ato Institucional nº 5 (AI-5) suspendeu a garantia do *habeas corpus* para crimes políticos e contra a segurança nacional, ampliando a repressão estatal e restringindo as garantias individuais.

47. Na pesquisa e no ensino de História, a utilização de obras literárias como fontes históricas pressupõe uma abordagem interdisciplinar, na qual os textos são analisados em seus contextos de produção e confrontados com outras fontes, permitindo compreender representações, valores e conflitos sociais.

Considerando as possibilidades de utilização da literatura como fonte para a pesquisa histórica e para o ensino de História, as afirmativas a seguir estão corretas, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.

- (A) Os *Sermões* do padre Antônio Vieira, produzidos ao longo do século XVII, podem ser utilizados como fonte para compreender a cosmovisão cristã e eurocêntrica da expansão portuguesa, as representações construídas sobre os povos indígenas e os fundamentos religiosos e políticos que orientaram os projetos de catequização e colonização na América portuguesa.
- (B) O romance *Iracema*, de José de Alencar (1865), pode ser utilizado como fonte para problematizar a construção da identidade nacional no Império, ao apresentar uma visão idealizada das origens do Brasil, centrada na aproximação simbólica entre portugueses e indígenas.
- (C) O romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890), pode ser utilizado como fonte para compreender a urbanização do Rio de Janeiro no final do século XIX, as habitações coletivas, as desigualdades sociais e as relações entre trabalho, imigração, escravidão e pobreza.
- (D) O conto *O homem que sabia javanês*, de Lima Barreto (1911), pode ser utilizado como fonte para discutir, no contexto da Primeira República, a valorização do bacharelismo e da erudição pelas elites, bem como os mecanismos de prestígio e ascensão social baseados mais na aparência de saber do que no conhecimento efetivo.
- (E) O romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão (1933), pode ser utilizado como fonte para compreender o processo de industrialização e urbanização brasileiras por constituir uma representação fiel da realidade histórica, dispensando sua contextualização e o confronto com outras fontes documentais.

48. As Inquisições ibéricas, instituídas na Espanha no final do século XV e em Portugal no século XVI, não se restringiram ao continente europeu, havendo registros de sua atuação na Cidade do México, em Lima, em Cartagena das Índias, em Goa e também no Brasil. Em *Inquisição: Rol dos Culpados* (1992), a historiadora brasileira Anita Novinsky reuniu registros relativos à atuação do Tribunal do Santo Ofício sobre habitantes do Brasil.

Com relação ao funcionamento da Inquisição portuguesa no contexto da Idade Moderna, as afirmativas a seguir estão corretas, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.

- (A) Em 1536, o rei D. João III obteve do papa Paulo III a autorização para o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, instituição que permaneceu atuante até 1821, quando foi extinta pelas Cortes reunidas após a Revolução Liberal de 1820.
- (B) Sem competência para determinar o confisco dos bens dos condenados, o Tribunal do Santo Ofício podia impor penitências espirituais, uso do hábito penitencial, prisão e degredo, além de entregar ao braço secular os réus considerados hereges impenitentes ou relapsos.
- (C) Desde seus primeiros anos, a atuação da Inquisição portuguesa concentrou-se especialmente sobre os cristãos-novos acusados de judaísmo, alcançando também delitos contra a fé e a moral católica, como bigamia, sodomia, blasfêmia e sacrilégio.
- (D) Embora nunca tenha sido instalado um tribunal inquisitorial permanente na América portuguesa, a região foi alvo de visitas e diligências oficiais do Santo Ofício, cuja atuação também se manteve, nos demais períodos, por meio de uma rede de agentes locais.
- (E) Entre os agentes locais encontravam-se os chamados familiares do Santo Ofício, leigos habilitados que auxiliavam em diligências, prisões e condução de réus, usufruindo de privilégios jurídicos, determinadas isenções e expressiva distinção social.

49. Os Laklãñ/Xokleng constituem um povo indígena pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e à família linguística Jê. Atualmente, sua principal área de ocupação é a Terra Indígena Ibirama-Laklãñ, localizada no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde também vivem comunidades Kaingang e Guarani. A respeito da história do povo Laklãñ/Xokleng, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, a expansão das frentes de colonização no Vale do Itajaí avançou sobre os territórios dos Laklãñ/Xokleng, promovendo sua expropriação e expedições armadas responsáveis pela perseguição e pelo massacre de indígenas.
- (B) A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, garantiu aos Laklãñ/Xokleng a proteção integral de seus territórios tradicionais, encerrando os conflitos fundiários decorrentes da expansão da colonização no Vale do Itajaí.
- (C) Ao longo do século XX, o processo de integração promovido pelo Estado brasileiro resultou na completa assimilação dos Laklãñ/Xokleng à sociedade nacional, levando ao desaparecimento de suas formas próprias de organização social, de suas práticas culturais e de sua identidade étnica.
- (D) A área que deu origem à atual Terra Indígena Ibirama-Laklãñ foi destinada exclusivamente aos Laklãñ/Xokleng, mantendo, ao longo do século XX, praticamente os mesmos limites territoriais e permanecendo livre de disputas fundiárias.
- (E) A convivência entre Laklãñ/Xokleng, Kaingang e Guarani na Terra Indígena Ibirama-Laklãñ resulta da política de unificação administrativa das populações indígenas adotada pelo Estado brasileiro ao longo do século XX.

50. “É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos [...]
Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.”

MELLO, Thiago de. Para os que virão. In: MELLO, Thiago de. *Poesia comprometida com a minha e a tua vida*: pequena história natural do homem no fim que vem vindo do século vinte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Thiago de Mello integrou a intelectualidade brasileira de oposição à ditadura civil-militar e foi preso em novembro de 1965 em decorrência de sua participação em um ato de protesto contra o regime em frente ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro, episódio conhecido como Os Oito do Glória. Posteriormente, diante do recrudescimento da repressão política, deixou o Brasil e passou a viver em diferentes países.

Considerando o fragmento apresentado, o contexto histórico de sua produção e circulação, a trajetória do autor e as possibilidades de utilização da literatura como fonte para a pesquisa e o ensino de História, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão dos participantes do episódio conhecido como Os Oito do Glória evidenciou o recrudescimento da repressão aos artistas e intelectuais, provocando a desarticulação duradoura da resistência cultural à ditadura civil-militar.
- (B) O ato de protesto conhecido como Os Oito do Glória, realizado no Rio de Janeiro em 1965, reuniu, entre seus participantes presos, Thiago de Mello, Ferreira Gullar, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Antonio Candido.
- (C) Carlos Heitor Cony, preso durante o episódio conhecido como Os Oito do Glória, propôs posteriormente a criação de *O Pasquim*, tornando-se um de seus fundadores, diretor de redação e editor responsável.
- (D) O poema expressa uma concepção de resistência à ditadura civil-militar baseada na ação coletiva e dialoga com culturas políticas de oposição ao regime presentes em diferentes setores da sociedade brasileira, como o movimento estudantil, segmentos progressistas da Igreja Católica e organizações populares.
- (E) O poema privilegia uma representação individual da transformação social, aproximando-se do protagonismo pessoal presente na canção *Eu sou terrível*, de Roberto e Erasmo Carlos, vinculada à Jovem Guarda, movimento musical de ampla difusão no período.

Prova discursiva

Leia o texto a seguir:

"Na educação, a IA transformou a relação tradicional entre professor e estudante em uma dinâmica entre professor, IA e estudante (...). O uso de IA na educação sem a devida orientação pedagógica pode fragilizar o desenvolvimento intelectual dos estudantes. O objetivo de usar IA na educação deve ir além de apenas fornecer acesso a informação e respostas padronizadas, caminhando em direção ao enriquecimento da investigação, do desenvolvimento intelectual e da capacitação."

Adaptado de: UNESCO. *Marco referencial de competências em IA para professores*. 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/arti-cles/marco-referencial-de-competencias-em-ia-para-professores>. Acesso em: julho de 2026.

Situação-problema:

Em uma unidade curricular do IFSC, por solicitação do professor, os estudantes utilizaram inteligência artificial generativa na realização de uma atividade aplicada. Alguns apresentaram produtos tecnicamente sofisticados, mas demonstraram dificuldades para justificar decisões, validar informações e relacionar os resultados aos conhecimentos trabalhados. Outros relataram limitações de acesso e de fluência digital.

Questão discursiva:

Com base no texto e na situação-problema apresentados acima, redija um texto dissertativo-argumentativo único (sem topicalização), na modalidade-padrão da língua portuguesa, estruturado de forma coerente e coesa, com extensão mínima de 10 linhas e máxima de 15 linhas, que:

- a) analise o problema e proponha uma estratégia de avaliação aplicável a um conteúdo ou prática da área para a qual você concorre, assegurando que o uso da IA generativa esteja pedagogicamente delimitado;
- b) indique as evidências que permitirão reconhecer a aprendizagem e a autoria do estudante e como a estratégia considerará as diferenças de acesso e de fluência digital;
- c) articule a proposta à avaliação da aprendizagem e a um destes fundamentos: inclusão educacional, educação mediada por tecnologias ou relações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS).

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO

01.	
02.	
03.	
04.	
05.	
06.	
07.	
08.	
09.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO RASCUNHO